

PONTO DE MEMÓRIA
DA TERRA FIRME:
MUSEU COMUNITÁRIO
PERIFERIA AMAZÔNICA

PONTO DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME: UM MUSEU COMUNITÁRIO NA PERIFERIA AMAZÔNICA

CAMILA FÁTIMA SIMÃO DE MOURA ALCÂNTARA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CAMILA ALVES QUADROS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

PONTO DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME: UM MUSEU COMUNITÁRIO NA PERIFERIA AMAZÔNICA

Resumo

Os Pontos de Memória ganharam força no Brasil ao longo dos últimos anos. Tratam-se de iniciativas comunitárias de memória e museologia social que entendem os museus como espaços abertos, em constante transformação e que instituem o direito à memória de comunidades que não puderam expor seus valores sociais e culturais. Com os pressupostos teóricos que embasam as questões dos Museus Comunitários e da Memória Social apresentaremos nesse artigo o Ponto de Memória da Terra Firme, um museu comunitário na periferia de Belém do Pará, Amazônia brasileira. O intuito é refletir sobre o Programa Pontos de Memória implantado pelo Instituto Brasileiro de Museus, no ano de 2009. O texto é construído sob a percepção de duas pesquisadoras em campo que em contato com os relatos e conflitos íntimos dos moradores e militantes do bairro propõem-se juntas analisar de que forma o processo museal acontece dentro de uma periferia urbana.

Palavras-chave: Pontos de Memória. Periferia. Bairro Terra Firme.

FIRM GROUND MEMORY POINT: A COMMUNITY MUSEUM IN THE AMAZONIAN PERIPHERY

Abstract

Memory Points have gained strength in Brazil over the last few years. These are community initiatives of memory and social museology that understand museums as open spaces, in constant transformation and that establish the right to the memory of communities that could not expose their social and cultural values. With the theoretical assumptions that underpin the issues of Community Museums and Social Memory, we will present in this paper the Firm Ground Memory Point, a community museum on the periphery of Belém of Pará, Brazilian Amazon. The aim is to reflect on the Memory Points Program implemented by the Brazilian Institute of Museums in 2009. The text is constructed under the perception of two researchers in the field who, in contact with the reports and intimate conflicts of the inhabitants and militants of the neighborhood, propose to analyze together how the museum process happens inside an urban periphery.

Keywords: Memory Points. Periphery. Terra Firme Neighborhood.

EL PUNTO DE MEMORIA DE TIERRA FIRME: UN MUSEO COMUNITARIO EN LA PERIFERIA AMAZÓNICA

Resumen

Los Puntos de Memoria ganaron fuerza en Brasil a lo largo de los últimos años. Se trata de iniciativas comunitarias de memoria y museología social que entienden los museos como espacios abiertos, en permanente transformación y que establecen el derecho a la memoria de comunidades que no pudieron exponer sus valores sociales y culturales. Con los presupuestos teóricos que fundamentan las cuestiones de los Museos Comunitarios y de la Memoria Social, presentamos en este artículo el Punto de Memoria de Tierra Firme, un museo comunitario en la periferia de Belém de Pará, Amazonía brasileira. Con la intención de reflexionar sobre el Programa Puntos de Memoria implementado por el Instituto Brasileño de Museos, en el año 2009. El texto está construido a partir de la percepción de dos investigadoras en campo, quienes estuvieron en contacto con los relatos y los conflictos íntimos de los habitantes y militantes del barrio, y se proponen analizar de qué manera el proceso de creación del museo sucede en una periferia urbana.

Palabras Clave: Puntos de Memoria. Periferia. Barrio Tierra Firme

Camila Fátima Simão de Moura Alcântara
camilafsmoura@gmail.com

Camila Alves Quadros
calvess@gmail.com

APRESENTAÇÃO

O artigo “Ponto de Memória da Terra Firme: um museu comunitário na Amazônia Brasileira” trata-se do nosso encontro de pesquisa como estudantes de Programas de Pós-Graduação¹, na Universidade Federal do Pará (UFPA), em que temos como objeto de estudo o Ponto de Memória da Terra Firme (PMTF). Uma iniciativa de memória e museologia social presente na periferia da cidade de Belém, metrópole amazônica, que tem por missão conservar, investigar, comunicar e expor a identidade afirmada do bairro da Terra Firme, a partir da memória, história e patrimônio reconhecidos pelos seus moradores (Quadros et al. 2013; Moura 2016; Moura & Godoy 2017). Nesse diapasão, compreendemos a proeminência de situar o leitor a respeito da criação do PMTF, o qual teve seu início no ano 2009 por intermédio do Instituto Brasileiro de Museus com o Programa Pontos de Memória.

Desse modo, como participantes do processo museal – assim denominamos o desenvolvimento dos Pontos de Memória, tendo em vista a proposta de trabalhar a museologia social no bairro – desde a sua criação acompanhamos as diversas ações da iniciativa comunitária que visam melhorias para o bairro da Terra Firme e seus moradores. Em consequência, quando nos deparamos como pesquisadoras, percebemos que compartilhávamos dos mesmos interesses ao falarmos, pensarmos e militarmos juntas com o Ponto de Memória da Terra Firme, sob o viés da antropologia e da educação. Nesse sentido, em 2017, com o interesse de refletir juntas

sobre a formação e consolidação dos Pontos de Memória (PM), em especial o processo que acontece na Terra Firme, elaboramos uma proposta de oficina com a referida iniciativa comunitária, dentro da programação oficial da 15ª Semana Nacional de Museus¹.

A oficina “*Viver para lembrar, morrer para esquecer? A Terra Firme e suas representações museais*” ocorreu nos dias 17 e 18 de maio de 2017 nas instalações da Escola Estadual Mário Barbosa, bairro da Terra Firme. Elaboramos a programação com a estratégia de envolver outras atividades do PMTF que acontecem ao longo do ano, com o objetivo de: (a) observar como moradores do bairro não participante do conselho gestor do Ponto de Memória apreendem o processo museal; (b) relacionar as percepções com outras experiências de museus comunitários existentes na bibliografia sobre o tema; e (c) vivenciar como pesquisadoras-participantes as atividades do PMTF. Desse modo, exibimos vídeos documentários e mostra fotográfica do acervo do PMTF, e, realizamos rodas de conversa e um percurso interativo pelo bairro.

O evento teve a participação de 40 pessoas, entre jovens estudantes, moradores e lideranças comunitárias do Bairro, que a todo momento foram questionados sobre o tema de nosso encontro: *Viver para lembrar, morrer para esquecer?* A partir do entendimento de que essas histórias não ditas, não valorizadas pelas instituições quiseram ser esquecidas.

O confronto entre lembranças e esquecimentos que permeiam as instituições

museais foi tema norteador da 15^o Semana Nacional de Museus, sob o título de “Museus e histórias controversas - dizer o indizível em museus”, propondo a essas instituições questionar-se sobre as histórias e memórias que não são ditas nos seus discursos oficiais. Chagas (2009) nos assegura que a partir desse entendimento é que podemos considerar os museus como espaços de disputa de memória e poder, posto que grupos sociais que os lideram escolhem valorizar discursos, histórias e memórias que muito justificam sua dominação.

No curso da oficina realizada na Terra Firme observamos os acontecimentos, colhemos relatos e ouvimos os conflitos internos dos participantes que serviu como etapa de campo (pesquisa empírica) dentro dos nossos cronogramas de pesquisa. Além disso, consideramos relevante produzir esse texto a fim de analisarmos o que vivenciamos nos dois dias de evento, seguindo os pressupostos teóricos que envolvem a relação entre Museus Comunitários e Memória Social. Portanto, nesse momento apresentaremos uma pesquisa dentro do que compreendemos por etnografia, uma vez que vivenciamos o confronto entre a teoria do pesquisador e a observação entre os sujeitos, buscando desafiar o senso comum, conforme propõe Peirano (1995).

É importante salientar que observamos o reconhecimento dos processos museais recentes pelo país e no mundo, como os Pontos de Memória, por serem iniciativas comunitárias que narram histórias controversas e dizem

o indizível nos museus. Esses novos museus, lugares de memória ou seja qual for sua definição buscam a institucionalização do direito à memória, que garanta a possibilidade de salvaguardar o que por muito tempo foi socialmente oprimido. Assim, na defesa dessas iniciativas relataremos nossos dias com o Ponto de Memória da Terra Firme, com a pretensão de contribuir na discussão do exercício desse direito.

Em vista disso, apreendemos o PMTF como uma experiência exitosa de museu comunitário na Amazônia brasileira, pois se trata de uma organização que trabalha junto aos pressupostos da museologia e, é mantida e gerida por agentes sociais pertencentes à comunidade a qual representa (Quadros et al. 2013; Moura 2016; Moura & Godoy 2017). Além disso, durante as entrevistas coletadas para nossas respectivas pesquisas de pós graduação, escutamos dos moradores avaliações positivas quanto a experiência de museu. (Moura 2016; Quadros 2018). Sendo assim, o texto que segue narrará a respeito do que denominamos “Museu Comunitário” da Terra Firme e para isso, foi necessário que dialogássemos em uma construção teórica com autores que discutem sobre “memória”. Por essa razão, no tópico que segue, iniciaremos a partir dessa proposta de debate teórico em torno do tema.

VONTADE DE MEMÓRIA

O movimento denominado de museologia social, pelo qual se fundamenta nossa pesquisa, tem propiciado o surgimento de várias experiências

pelo Brasil que nas últimas décadas se utiliza da memória “como meio de elaboração de narrativas contra -hegemônicas, repercutindo em museus comunitários, populares, sociais e ecomuseus” (Gouveia e Pereira 2016:731). Dessa maneira, as iniciativas comunitárias que surgem dessas experiências têm trabalhado juntas para garantir políticas públicas culturais no campo dos museus. O próprio Programa Pontos de Memória é resultado desse movimento político. Segundo Gouveia e Pereira, a Coordenação de Museologia Social e Educação (COMUSE) do Instituto Brasileiro de Museus garante a participação popular no planejamento e execução de alguns programas culturais. Como exemplo, identificam a participação coletiva de agentes da museologia social no Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) que trata de diretrizes para o setor no período de 2010 a 2020, onde sinaliza os direitos à Memória e à Museus e reconhece novas tipologias museais pelo Estado brasileiro, como museus comunitários e ecomuseus. Desse modo, as autoras afirmam: “(...) a memória enquanto um direito, no contexto dos direitos culturais, é esperado que o Estado desenvolva meios de zelar pelo patrimônio dos museus comunitários, ecomuseus e pontos de memória” (2016:739).

Como o nome intenciona, a proposta dos Pontos de Memória é estabelecer o diálogo com comunidades socialmente oprimidas, seja pelo poder público ou por outros setores da sociedade, em respeito a memória social presente em seus lugares (Avelar 2015). O PPM foi inspirado no Programa Pontos de Cul-

tura, onde se defende a cultura como processo desenvolvido a partir da autonomia e protagonismo social de iniciativas comunitárias, em que o foco do programa “não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos” (Turino 2009:64). Por essa razão, permitiu-se que os Pontos de Memória fossem idealizados e implantados, conforme a citação abaixo:

(...) na esteira dos pontos de cultura e inspirados nas realizações como a do Museu da Maré/RJ, os idealizadores do projeto e os técnicos que compuseram sua equipe se propuseram a fazer que esses grupos se apropriassem de conceitos e de ferramentas da Museologia Social para melhor exercerem seu direito à memória. As interações (...) foram possibilitadas por uma sequência de fatos: a inclusão de ações de memória no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci); a assinatura de um projeto de cooperação com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI); e a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), em 2009. (Ibram e OEI 2016:8)

Em vista disso, foram inicialmente selecionadas 12 comunidades que já trabalhavam ou desejavam realizar um trabalho sistemático de identificação, registro, compartilhamento e preservação de suas memórias para integrarem à Ação-Piloto do Programa Pontos de Memória. Estamos nos referindo às comunidades de: Brasilândia (São Paulo - SP), Beiru (Salvador - BA), Coque (Recife- PE), Estrutural (Brasília-DF), Grande Bom Jardim (Fortaleza

-CE), Jacintinho (Maceió - AL), Lomba do Pinheiro (Porto Alegre - RS), Pavão-Pavãozinho- Cantagalo (Rio de Janeiro-RJ), São Pedro (Vitória - ES), Sítio Cerrado (Curitiba - PR), Taquaril (Belo Horizonte - MG) e *Terra Firme* (Belém-PA). Reconhecidas como *pontos pioneiros* estão presentes em bairros periféricos de metrópoles brasileiras, localizados nas cinco regiões delimitadas geograficamente no país.

Observamos que no momento da seleção, o Estado apreendeu a política de Pontos de Memória como uma metodologia fundamental ao combate dos problemas sociais existentes nas periferias, como a violência (Geise 2014, Moura 2016), ao propiciar a articulação, o fomento e a disseminação de ações culturais nessas comunidades por incentivo do IBRAM. Portanto, verificamos que a Ação-Piloto do PPM se tratava de uma estratégia política de promoção do bem-estar da população, porém, não podemos negar que havia um interesse de identificar pelo país comunidades organizadas que por meio das lembranças, práticas cotidianas, expressões artísticas e religiosas, fazeres e saberes expressam por outros suportes de memória os seus valores patrimoniais (Chagas 2009).

Assim, na Ação Piloto do Programa Pontos de Memória foram priorizados bairros populares que se destacavam por critérios como: possibilidade de narrativas singulares de memória, a existência de organizações comunitárias e presença de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. Deste modo, foi possível desenvolver um experimento prático do

PPM a partir das metodologias sugeridas pelo corpo técnico do IBRAM que consistia em: (1) reunir com os moradores interessados no programa para firmar um conselho gestor que se tornaria responsável pela condução da iniciativa;(2) instituir um nome para cada Ponto; (3) criar uma logomarca; (4) adotar as práticas de educação popular e museologia social; (5) desenvolver atividades de rodas de conversa e inventários participativos para identificação da história do lugar, dos grupos culturais e saberes populares; entre outras. Naquele momento, havia uma pretensão que as iniciativas definissem ao longo do processo o tipo de representação museal (de território, comunitário, ecomuseu, interativo) que gostariam de ter em sua comunidade, elegendo memórias e histórias para serem salvaguardadas nos futuros museus.

Ainda, é necessário destacarmos que no ano de 2011, tornou-se público o primeiro edital prêmio Pontos de Memória resultando no surgimento em alta escala de novas iniciativas e organizações de PM (denominadas de redes), reconhecidas e premiadas pelo IBRAM. Esse avanço significativo no Programa estará registrado e analisado em outro momento do caminhar de nossas pesquisas. Cabendo à esse texto centrar a discussão nas comunidades participantes da Ação-Piloto do Programa Pontos de Memória.

Ademais, acreditamos que o objetivo primordial do Programa Pontos de Memória é permitir a diferentes grupos sociais o anseio de *auto representação* dentro de espaços coletivos, como os museus. Propiciando-lhes reflexões as

realidades e potencialidades de seus lugares de pertença a partir do registro da memória social. No entanto, identificamos que essa memória social é um complexo campo de lutas e relações de poder que de maneira construtiva acontece coletivamente. Vemos isso na seguinte afirmação “a memória é, simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento” (Gondar 2016:20), algo inerente ao ser humano, dado pelo fato de se guardar no inconsciente e que não se escolhe ou delimita (Quadros 2017).

Para Regina Abreu (2016), a memória está em um lugar “entre” movimentos:

(..) lugar do ‘entre’ o que já foi, o que está sendo e o que será, é também lugar de pensamento. Porém, ao selecionar, ao reter algo num conjunto mais amplo de fatos e acontecimentos que serão relegados ao esquecimento, **a memória também produz novos mundos** (Abreu 2016:48) (grifo nosso)

Dessa maneira, apreendemos que para a autora (*Ibidem*) o estar entre o lembrar e o esquecer que propicia em novos mundos é a forma singular que os sujeitos detentores da memória se apropriam de suas experiências, as transformando em acontecimentos vividos. Ao fazermos relação com os Pontos de Memória acreditamos que “essa memória exerce papel fundamental quando a necessidade de se recorrer ao passado é crucial” (Quadros 2017) Pois levamos em consideração que essas iniciativas comunitárias recorrem à memória não somente para afirmar o direito de se lembrar, mas visando, sobretudo, o empoderamento social

e reconhecimento cultural em diversas possibilidades no espaço ocupado por seus indivíduos.

Portanto, observamos que os Pontos de Memória são criados para transformar acontecimentos vividos, a partir do que se tem convenicionado chamar de *memória política*. Segundo Lifschitz “o termo memória política remete à ideia de que enquanto alguns povos escolhem esquecer, outros recusam esse esquecimento” (2016:68), o passado é retomado principalmente em sociedades marcadas pela violência política, como vítimas do holocausto e etnias indígenas. O referido autor busca fundamentação no clássico “A Memória Coletiva” de Maurice Halbwachs (2006) que defende a memória mais do que um fenômeno individual, é uma construção coletiva ao se constituir a partir das experiências vividas por grupos sociais.

Porém, para Lifschitz (*Ibidem*) os vínculos que estabelecem a memória social não são os mesmos presentes na memória política, enquanto que a primeira está associada à espontaneidade, “a memória política se articula a vínculos intencionais (...) Ou seja, que mais que compreender, a questão é como exercer influência sobre outros ou confrontar-se para atingir uma finalidade” (*Ibidem*:71-72). Portanto, para o autor a memória política busca intervir no mundo social, confrontando a realidade jurídica, cultural e política, que a partir das narrativas e práticas ganham força na esfera pública. Essa “memória política é um tipo de ação estratégica” (*Ibidem* 2016).

Dentro dos Pontos de Memória diversas ações e metodologias são utilizadas para garantir que essa memória política faça parte da construção e afirmação da identidade coletiva em seus lugares de atuação. No Ponto de Memória da Terra Firme uma das principais ações estratégicas são as *rodas de conversa* em que os participantes são convidados a conversarem sobre um tema específico relacionado à realidade do bairro, em formato de círculo com o propósito de enxergarem uns aos outros. Na oficina que realizamos durante a 15ª Semana de Museus tomamos a roda de conversa como estratégia para esclarecermos sobre a compreensão dos participantes a respeito dos conceitos de memória, museu e direitos humanos, mas, sobretudo gostaríamos de identificar como a memória política é intencionalmente acionada como instrumento de luta e organização social dos moradores do bairro da Terra Firme.

Dito isso, após as apresentações individuais daqueles que estavam presentes no primeiro dia de encontro (alunos da Escola Mário Barbosa, líderes comunitários, moradores do Bairro e outras pessoas engajadas em movimentos sociais da Terra Firme), entregamos aleatoriamente seis perguntas para serem respondidas espontaneamente pelos participantes. Foram: 1) Dizer o indizível na Terra Firme é...? 2) Museu é...? 3) Morar (ou estar) na Terra Firme é...? 4) Falar sobre memória é importante ou o passado deve ser esquecido? 5) Para que serve um Ponto de Memória na Terra Firme? 6) Penso que Direitos Humanos sejam...?

Na figura 1, abaixo, destacamos esse

momento, a fim de proporcionar uma discussão imagética na qual os participantes estão, em sua maioria, sentados em roda, aguardando o início da atividade da roda de conversa.



Figura 1 - Sentados em roda, os participantes do seminário, participaram da dinâmica proposta para o primeiro dia. Foto de Camila Quadros, 2017.

Desse modo, ao iniciarmos a dinâmica, uma das primeiras falas que desencadeou em discussões sobre como os moradores do bairro da Terra Firme vivem e sobrevivem em decorrência as diversas violações de direitos foi a de Francisco Batista, morador do lugar, mestrando e militante dos Direitos Humanos e, um dos idealizadores do Coletivo Tela Firme. O morador afirma:

É importante que o mundo se volte pra cá, pra essa realidade (...) Hoje a Terra Firme, como todos os territórios de periferia, está sendo coagiada e acuada pelos grupos de extermínio e milícia. É sério! Todos os dias na capa dos jornais (...) O Estado não está fazendo nada, as instituições se acovardam diante de uma situação alarmante (...) Quem ficar aqui na esquina pode ser morto, e, se for negro, a possibilidade é dez vezes maior, então

nós temos que nos mobilizar para bater de frente à isso. Além do Tela Firme, temos o Ponto de Memória, as Escolas - vocês, alunos -, o grupo de Teatro (...) Ou seja, tem muita coisa boa aqui, mas não dá para negar a violência (...) E a Terra Firme é alvo (...) Ela é muito estigmatizada! Trata-se de uma violência simbólica.

Ao fazermos relação com a fala de Francisco e os estudos de Loic Wacquant (2007) observamos que nos últimos anos a violência simbólica sofrida nos lugares, como o bairro da Terra Firme, é vendida pelos principais meios de comunicação que veiculam nas grandes cidades. Em consequência desses atos, esses lugares carregam estereótipos negativos que acovardam seus moradores, privam seus territórios e transformam as pessoas como gente temida, porque são ou tal é a reputação delas. Contudo, Wacquant (*Ibidem*) identifica que essas situações recorrentes tem provocado um processo de guetização nas periferias urbanas, dado pela capacidade de produzir e sustentar, mesmo que com dificuldade, uma rede modesta de instituições comunitárias que atendem às necessidades básicas de seus residentes.

Nossa intenção nessa pesquisa não é identificar como e porque isso ocorre em Terra Firme, mas sinalizar que há instituições comunitárias no Bairro que tem a pretensão de trabalhar em conjunto para vencer as desigualdades do lugar. Podemos citar as mesmas instituições identificadas por Francisco □ Tela Firme, Ponto de Memória da Terra Firme e as escolas – que se mobilizam em rede para combater as ma-

zelas presentes no bairro, como também em outras periferias da cidade de Belém. Assim, os suportes de memória de caráter material e imaterial (objetos, paisagens, ritos, festas, narrativas, entre outros) que entram nessa discussão os tomamos como um fio condutor que pode propiciar a mobilidade social para garantia de direitos. A eles, atrelamos as iniciativas socioculturais que transitam por patrimônios e seus vários desdobramentos, como os museus (Lifschitz 2016).

Sendo assim, essas iniciativas contribuem para expor as realidades presentes nos lugares, desejando mostrar o que de fato acontece e quais os caminhos que os sujeitos encontram para melhorar suas vidas, vencendo as opressões sociais e o descaso público. Percebemos isso, em campo, quando na roda de conversa, José Maria (morador e conselheiro do Ponto de Memória da Terra Firme) fez a seguinte colocação: “se a imprensa não diz o que queremos, então a gente diz”. Assim como, para o jovem morador Oséas: “a gente se sente esquecido, só mostram o Ver-o-Peso e aqui tem tantos movimentos sociais”. E para o também morador Alan: “dizer o indizível na Terra Firme é retratar essa memória que não é posta, em contraponto ao que é mostrado pela mídia que de fato a gente vê”.

A partir dessas e outras falas que surgiram na roda de conversa, percebemos que no bairro da Terra Firme há uma *vontade de memória*, um ato que revele o que não é exposto, visto e observado por sujeitos “estrangeiros” a determinadas situações. Sentimos o quanto os

estereótipos negativos, incentivados pela mídia comercial, mexe com a auto estima do morador e a reprodução de realidades factícias que o marginalizam na sua própria sociedade. Portanto, compreendemos a importância de iniciativas de memória que mobilizem grupos sociais a combaterem o abandono e o descaso público.

A necessidade de falar, agir e mostrar tem feito muitas comunidades que possuem Pontos de Memória buscarem por meio dos Museus formas de representação que os permitem ver e serem vistos como realmente são, despidos de qualquer rótulo, estereótipo que os foram colocados ao longo do tempo. Isso muito se deve ao reconhecimento da memória como um “componente ativo dos processos de transformação social e de produção de um futuro” (Gondar 2016:19). Sendo os museus, Pontos de Memórias e/ou qualquer outra forma de representação museal iniciativas que materializam essa memória manifesta, social e política.

Conseqüentemente, cada vez mais, diferentes grupos militam por esses espaços como garantia de direito à memória, exercendo a sua vontade. São por esses caminhos que seguem os Pontos de Memória no Brasil, em destaque para o Ponto de Memória

no bairro da Terra Firme, descrito nas próximas seções desse texto.

MUSEU DE PERIFERIA

O Ponto de Memória da Terra Firme, nosso objeto de estudo, acontece como processo museal no bairro da Terra Firme (Figura 2), lugar localizado na Zona Sul da capital paraense, Belém, próximo ao centro da cidade. Estudos apontam que o território teve sua formação enquanto bairro no fim dos anos 1960 e acentuada nos anos de 1970 e 1980, por meio da articulação e organização dos moradores por meio de centros comunitários e associações (Ramos 1997; Alves 2010; Silva e Sá 2012; Quadros 2014; Geise 2014; Moura 2016). A partir do deslocamento de trabalhadores de baixa renda que residiam no centro urbano da cidade, no interior do estado e em regiões vizinhas (Maranhão, Piauí, Ceará, por exemplo) com a pretensão de fixarem moradia em terras pertencente à Universidade Federal do Pará, nos arredores do rio Tucunduba e da Avenida Perimetral (elementos que delimitam o bairro geograficamente).

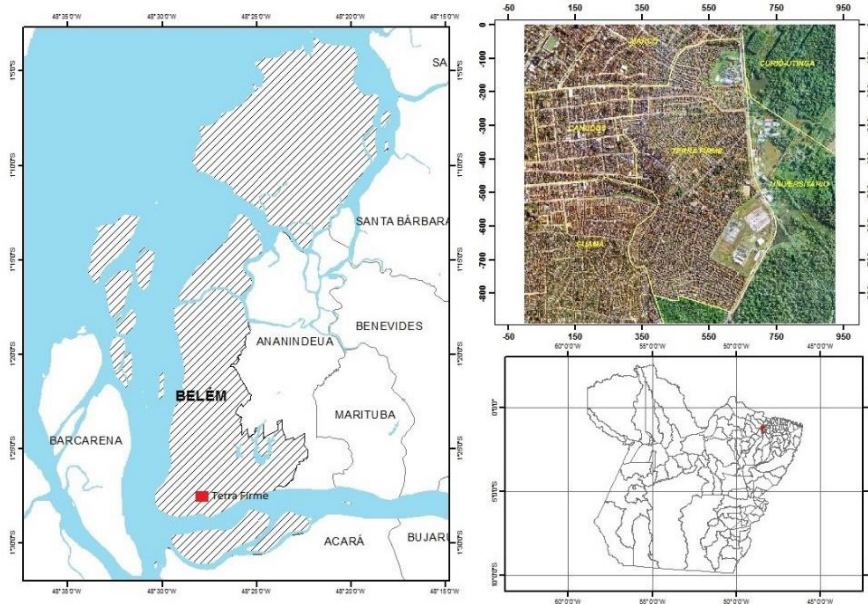


Figura 2 - Mapa de Localização do Bairro da Terra Firme. Fonte: LAENA/NAEA/UFPA, 2014 (Silva & Figueiredo 2014).

O nome do lugar é ironia a área alagada que sofria constantemente influência das chuvas e marés, vindas do rio Tucunduba e afluentes do rio Guamá, que deságuam na área central de Belém (Alves 2010; Silva e Sá 2012; Quadros 2014; Geise 2014; Moura 2016). Sem condições de moradia digna, os primeiros moradores encontraram apenas uma estreita faixa considerada *terra firme*, por isso o nome sugere.

O bairro é um dos maiores em densidade demográfica da cidade de Belém, possui uma população estimada de 61.439 habitantes (CENSO 2010), adjacente aos bairros do Marco, Canudos, Guamá, Universitário e Curió - Utinga. Terra Firme foi crescendo de maneira desordenada, sem planejamento urbano e se mantendo por um

longo período à margem da sociedade, abandonado pelas políticas públicas governamentais, representando um dos bairros mais violentos de Belém (Moura 2016).

Com característica de um bairro de periferia, em Terra Firme predominam ruelas estreitas, algumas pontes de madeira e casas humildes de madeira, alvenaria e taipa (Alves 2010). Há uma área central que correspondem ao cruzamento das ruas Celso Malcher e São Domingos onde se encontram: a feira, o Horto Mercado Municipal, o comércio de lojas e serviços dos mais variados produtos; as principais escolas do bairro; a delegacia, a Praça Olavo Bilac; e as igrejas cristãs - lugar que transitam as linhas de ônibus urbano (Moura 2016); “esse espaço tem um significa-

tivo sentido para os seus moradores em virtude de servir como local de concentração para atividades políticas e culturais” (Alves 2010, p. 85).

O museu presente em Terra Firme está relacionado ao que entendemos como museologia social a partir do Movimento da Nova Museologia em meados do século XX. Nesse período, ocorreu a reformulação de instituições consolidadas e o aparecimento de novos museus que passaram a desempenhar compromissos sociais com a comunidade representada dentro dessas instituições (Moutinho 1993; Varine 2005; Chagas e Gouveia 2014). A museologia a que estamos nos referindo nesse texto está comprometida ao que Chagas e Gouveia defendem:

(...) com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros (*Idem*:17)

Portanto, o movimento possibilitou uma nova forma de fazer museologia, de educar em museus e, principalmente outro modo de ser museu (Quadros 2000, Varine 2005, Scheiner 2012, Duarte 2013). É proeminente que se dê relevância ao fato de que a partir da década de 1970 surgiram os museus ao ar livre e os ecomuseus, pois foi exatamente nesse período que passou a não ser mais exigência, pelo International

Council of Museums (ICOM), a existência de prédios para a definição de espaços museais (Quadros 2000). Com o objetivo de aproximar o visitante e de permiti-lo interagir com o espaço museal, grupos sociais que não se apropriavam dessas instituições passaram a ser frequentadores e atuantes na salvaguarda do acervo museológico.

Percebemos a partir da maneira que o Ponto de Memória da Terra Firme acontece, pois muito se deve a aproximação dos moradores do bairro da Terra Firme com o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), uma instituição centenária do estado do Pará (Quadros et al. 2013; Quadros 2014; Moura 2016). Posto que o MPEG tido como a maior referência de museu local no estado, seja pela sua história, pesquisas, atividades de educação que desenvolve ou pelo seu “formato” de museu que possui três bases físicas². Além disso, desde o ano de 1985, a instituição desenvolve um trabalho comunitário com os bairros³ de periferia, localizados no entorno do seu Campus de Pesquisa.

O trabalho do MPEG com os bairros periféricos faz parte do projeto de extensão denominado “O Museu Goeldi leva educação em ciência à comunidade”, coordenado por Helena Quadros, Pedagoga e Tecnologia Sênior da Instituição. Atuante no bairro da Terra Firme desde suas ações iniciais, identificamos que esse trabalho provoca nos moradores do bairro o interesse pela salvaguarda de seus patrimônios socioculturais e o registro da memória social do lugar. Desse modo, quando IBRAM mapeou as comunidades para a participação da Ação Piloto do Pro-

grama Pontos de Memória reconheceu o projeto desenvolvido pelo MPEG no bairro da Terra Firme ao buscar uma aproximação com os moradores do território por intermédio desse museu.

Assim, os moradores de Terra Firme que já compartilhavam e preservavam as memórias narradas no lugar por meio das ações do Museu Goeldi foram os que articularam a implantação do Ponto de Memória da Terra Firme, com a vontade de musealizar coletivamente o bairro e tudo o que a ele pertence (Quadros et al. 2013; Quadros 2014; Moura 2016; Moura & Godoy 2017). Portanto, com o objetivo de formar um grupo que conduzisse a iniciativa comunitária mobilizaram outros moradores do bairro e pessoas atuantes⁴ no lugar para a formação do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme (Moura 2016), no ano de 2010. Permitindo, dessa maneira, a iniciativa de desenvolver “diversas ações museais para e com a comunidade, procurando legitimá-lo como meio de transformação sociocultural-educacional, a partir do entendimento de que os museus são meios de valorização e preservação da memória e história de um lugar” (Ibidem 2016:67).

As ações desenvolvidas referem-se às seguintes áreas: educação, história, memória e museus; com o interesse de consolidar o Ponto de Memória da Terra Firme como uma iniciativa de memória e museologia social no bairro. Dentre as ações, destacamos: a realização do *inventário participativo* em 2012, em torno das lutas sociais dos moradores, processo histórico do bairro, manifestações culturais existentes no

lugar, o registro do cotidiano do bairro e a presença de instituições de pesquisa no território; a produção de *vídeos documentários* de 2012 que retratam a importância das feiras para o morador (do feirante ao consumidor) e o registro de grupos culturais do bairro; a concepção coletiva da exposição itinerante denominada “Terra Firme de tudo um pouco” de 2013, além de oficinas, seminários, cursos voltados para a museologia social que ocorrem ao longo do ano (Moura 2016). De todo modo, reconhecemos a partir dessas e outras ações que um dos maiores, quiçá principal objetivo do PMTF é contribuir na mudança da imagem negativa atribuída ao bairro da Terra Firme, por meio do inventivo de preservação e valorização da memória e história do bairro narradas pelos seus moradores (Quadros 2010, Quadros et al 2013, Moura 2016).

Portanto, consideramos que o processo de ação e mobilização social que constitui o Ponto de Memória da Terra Firme configura-se numa experiência de museu comunitário em Belém, por ser uma iniciativa gerida por agentes comunitários do bairro da Terra Firme que se apropriam da concepção de museu, em especial ao que está relacionado ao entendimento de museu integral difundido no século XX (Scheiner 2009), que reconhece o papel dos museus e dos processos museais na formação da consciência das comunidades que serve, podendo os mesmos contribuir para leva-las a agir em reação às desigualdades e tensões sociais, buscando maior proximidade dessas instituições ou iniciativas com o público. Segundo Lersch e Ocampo os museus comuni-

tários são um processo mais do que um produto que ganha vida no interior da comunidade, tornando-se um museu “da” comunidade (2004).

No entanto, é importante sinalizarmos que os agentes comunitários que compõem o Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme não necessariamente se utilizam do termo museu para se auto reconhecer, contudo, são nas ações e nos discursos que verificamos que pensam e agem como processos museais (Moura 2016). Dessa maneira, os apreendemos como museu comunitário, pois acreditamos que essa categoria os completa no sentido de que é uma iniciativa comunitária que desenvolve processo museal no território que atua, no caso o bairro da Terra Firme. E que de acordo com Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009 (Brasil 2009), trata-se de um processo museológico voltado para o trabalho com o patrimônio cultural e o território do bairro da Terra Firme, visando participação dos moradores no desenvolvimento cultural e socioeconômico da comunidade representada.

Contudo, no decorrer de nossas investigações nesse processo museal temos a necessidade de desvendar o que essa experiência representa para os demais moradores de Terra Firme. Assim, durante a oficina que realizamos na 15ª Semana Nacional de Museus, provocamos os participantes (moradores e militantes do bairro) sobre “o que é museu na periferia?”, após a exibição de vídeos-documentários de produção local que retratam o cotidiano, os movimentos culturais e história do bairro da Terra Firme, pertencentes ao acervo

do PMTF. Portanto, a partir da dinâmica de Palavras Geradoras⁵ de Paulo Freire, os presentes responderam em uma única palavra o que para eles significava o museu na periferia.

Para tanto, utilizamos a figura 3 (abaixo) a fim de ilustrar de que maneira ocorreu a dinâmica supracitada. Utilizamos uma lousa branca e escrevemos as palavras ditas por cada participante, para ao término elaborarmos a frase que segue. Entre palavras como: conhecimento, valorização, movimento, dizer, comunidade, entre outras; definimos juntos que:

Museu na periferia é dar espaço ao **novo**, é **narrar à vida**, é **valorizar** o **conhecimento**, a **diversidade** e o **movimento** em **comunidade**. Mas, museu na periferia, é, sobretudo, dar representatividade (grifo nosso).

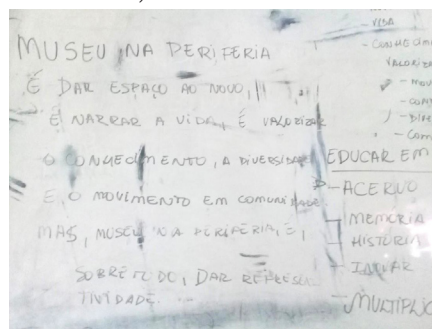


Figura 3 - Registro da frase elaborada em conjunto com os participantes da 7ª Semana de Museus do Ponto de Memória da Terra Firme, após a dinâmica das “Palavras Geradoras”. Foto de Camila Quadros, 2017.

Segundo Fernandes e Mata (2015) a formação de periferias se dá para além da distância geográfica, elas indicam uma distância simbólica constituída pela perda de qualquer coisa que colo-

ca em ordem o urbano, como também pela perda de recursos materiais e de um estilo de vida marcado por padrões de conforto e acesso a esses recursos. Como mencionamos na primeira parte desse texto, a partir dessas construções simbólicas dentro das cidades são gerados os mais variados estigmas, rótulos, etiquetagem social sobre esses lugares. Para os autores “viver nas periferias desqualificadas gera uma condição social subalterna, e esta tem um impacto sobre o indivíduo, desde logo sobre o seu corpo e a sua saúde, mas também sobre o seu autoconceito” (Ibidem: 9). Desse modo, identificamos que as periferias inseridas no Programa Pontos de Memória são marcadas por agravantes sociais e antagonismos de classes, porém a organização social por parte de seus moradores possibilita na transformação desses lugares, visando constantemente à melhoria na qualidade de vida. E dentre diversos atos de transformação desses grupos, observamos o processo de musealização de seus territórios a partir da vontade política de registro da memória.

Portanto, notamos em Terra Firme que o processo instaurado no bairro possibilita um novo arranjo social, que se dá pela ação de refazer, reconstruir e repensar as experiências lembradas e vividas (Bosi 1999). E os impactos nos corpos, saúde e autoconceito dos indivíduos, mencionados por Fernandes e Mata (2015), são vencidos conforme esses rearranjos sociais acontecem, principalmente quando suas memórias possam servir como meios de resistência e empoderamento social. Assim, conseguem enaltecer e *valorizar* a

própria vida, o conhecimento local, a diversidade e o movimento em comunidade, permitindo a *representatividade* dentro de instituições marcadas pelas relações de poder, como os museus.

Em vista disso, consideramos que os Pontos de Memória, apresentados aqui no texto, de um modo geral surgem com a intenção de valorizar e enaltecer o processo de construção da identidade coletiva de seus lugares de pertencimento. Pela qual, é formada sob forte influência de movimentos sociais, como: o feminismo, o negro, o LGBT, entre tantos outros significativos. Que por sua vez, possibilita narrar a própria história, melhorando a autoestima dos sujeitos que são envolvidos no processo de formação dos Pontos de Memória, formando estratégias para vencer as relações opressoras que se instauram em seus lugares.

O autoconceito, afirmado por Fernandes e Mata, para nós, é uma das estratégias de luta frente às situações de opressões sociais. Os *pontos pioneiros*, ao longo desses anos de atuação, vem contribuindo para a formação de identidades coletivas fortes, atuantes e operantes, pelo qual ajuda os sujeitos na descoberta de si e de seus pares dentro dos territórios que atuam. Sendo percebida no nosso objeto de estudo, quando nos deparamos com os conflitos íntimos dos moradores do bairro da Terra Firme, que tocados pelas reflexões e ações que o Ponto de Memória deposita sobre o lugar permite que os sujeitos inquietem-se sobre seu país, sobre seu bairro, e, sobretudo sobre quem são.

Dessa maneira, durante a oficina “Viver para lembrar, morrer para esquecer?” buscamos identificar de que modo essas inquietações são provocadas pelo Ponto de Memória ao realizamos com os participantes o “Percurso Interativo Perceptivo Paisagens e Memórias do Bairro da Terra Firme”, descrito na próxima seção.

OUTRO OLHAR SOBRE TERRA FIRME

Acreditamos que nesse momento do texto já deixamos claro que o nosso interesse ao propor a oficina para a 15ª Semana Nacional de Museus foi o de observar como o processo museológico acontece no bairro da Terra Firme, atuando como pesquisadoras-participantes nas atividades do Ponto de Memória. Portanto, uma das propostas do nosso encontro foi à realização do “Percurso Interativo Perceptivo Paisagens e Memórias do Bairro da Terra Firme”. Lançado em 2016, “o percurso busca proporcionar aos participantes uma melhor percepção sobre o patrimônio local do bairro, evidenciando a memória social e o pertencimento ao lugar por meio de ‘outro olhar’ sobre os principais pontos de referência do cotidiano do bairro” (Moura & Godoy 2017: 9).

O roteiro que realizamos saiu da *Escola Estadual Mário Barbosa* (local onde acontecia a oficina) em direção ao *Jardim Comunitário*, na Av. Perimetral, depois seguimos pela Rua São Domingos realizando uma parada na *Praça Olavo Bilac* para fazer pequenas intervenções, e finalizamos o percurso no *Mercado Horto Municipal* localizado na Rua Cel-

so Malcher. No fim, retornamos para a Escola Mário Barbosa para compartilharmos as percepções durante o roteiro. Consideramos a atividade como desafio enorme, pois o grupo era formado por jovens estudantes que pouco desenvolvem atividades para além das salas de aula, portanto, identificamos que os alunos muito dispersos demoraram um tempo significativo para compreender a importância da atividade.

No entanto, ao retornamos para o local da oficina nos propomos a ouvir o que os participantes sentiram ao longo do percurso e o que essa atividade contribuiu para o entendimento do que é o bairro da Terra Firme. Assim, no primeiro momento, os jovens relataram como a atividade provoca um novo olhar sobre o cotidiano do bairro e como as relações se constroem nos diferentes espaços que compõem o lugar. Falaram de identidade e cultura com a sensibilidade de identificar de que forma o que o foi visto e vivido pode representar processos culturais que resultam nas suas identidades individuais e coletivas. Como exemplo, relataram a atitude da menina Thaís, aluna da Escola Mário Barbosa, com a vendedora de farinha no Mercado Horto Municipal.

Antes de sairmos em caminhada pedimos aos participantes que eles fizessem atitudes corriqueiras, comuns aos seus dia-a-dia, como por exemplo, conversar com as pessoas e ir pelos lugares que costumam seguir no trajeto proposto, com a atenção de observar o lugar, as pessoas e as coisas que compõem o território. Ao chegarmos à nossa última parada, no Mercado

Horto Municipal, Thaís dirigiu-se para uma barraca de farinha⁶ e cumprimentou a vendedora. Entre pouca conversa pediu um punhal do alimento para degustação, sendo atendida. Logo a interação chamou a atenção do grupo presente, levando outras pessoas a se dirigirem até a barraca para garantirem o alimento. Até que a vendedora entregou uma boa quantidade em um saco plástico para o grupo (Figura 4).



Figura 4 – Alunos degustando farinha no Mercado Horto Municipal. Thaís, na imagem, é aluna com óculos. Fotografia de Camila Moura, 2017.

Segundo o participante da oficina, Alan: a “interação da Thaís com a feirante é comum, não espontânea, isso é uma forma da gente se relacionar com pessoas, que é única, que é singular, é cultural”. E para a jovem Izabela: “isso é muito significativo para identidade do bairro, para a nossa identidade”. Portanto, apreendemos que as observações feitas pelos moradores do bairro, Alan e Izabela, a respeito da atitude de Thaís recaem sobre as relações das pessoas com o seu lugar e com outras pessoas que ocupam o mesmo espaço, permitindo a construção da identidade coletiva de Terra Firme.

De todo modo, quando Alan afirmou que a interação da garota não foi espontânea, entendemos que ela não foi resultado da atividade Percurso Interativo, ela aconteceu de forma natural como as que são vivenciadas todos os dias nas feiras no bairro, assim como o morador afirmou: “é comum”. Contudo, consideramos que a atitude é tomada como exemplo porque durante a atividade proposta estávamos condicionados a observar o bairro e suas vivências, nos permitindo refletir sobre quem somos e o nosso lugar ali.

De acordo com Stuart Hall (2006:14) as “representações compreendidas como processo cultural que resulta em identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia, fornece possíveis respostas: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem quero ser?”. Desse modo, ao relacionarmos o pensamento de Hall com os museus e os processos museais, entendemos que os símbolos, objetos presentes nessas iniciativas são marcadores que estabelecem diferenças entre identidades, mas também podem ser elementos que contribuem para a constituição e percepção subjetiva dos agentes sociais. Para além dos objetos, consideramos que nos museus comunitários as relações entre as pessoas e das pessoas com as coisas permitem observar o território-museu de outro jeito, com significado e significante que estão presentes no processo de construção de uma auto representação (Gomes & Oliveira2010).

Portanto, quando essas iniciativas, como o Ponto de Memória da Terra Firme, provocam reflexões sobre atos

e fatos tidos como naturais intencionalmente direcionam o autoconhecimento e o desejo de auto representação dentro do território-museu. Dessa maneira, a discussão sobre as percepções que foram provocadas pelo Percorso Interativo tomou essa direção a respeito do autoconhecimento como morador do bairro da Terra Firme. O líder do Grupo de Jovens do bairro da Terra Firme (GAJU) chamado Oséias questionou a situação que se encontram os vendedores do Shopping Chão da Praça Olavo Bilac, pois trabalham sob forte exposição ao sol, algo considerado até então, pelo próprio morador como comum, recorrente no bairro.

Oséias, afirmou: “é uma situação de desprezo, não parece, mas eles estão expostos ao sol para ganhar o dinheiro digno. Eles poderiam ter um espaço deles”. O jovem levantou essa questão para o grupo presente na oficina, pois identificou durante o Percorso Interativo que há espaços no bairro que poderiam transformar-se em um casarão cultural, permitindo aos trabalhadores que estão em situações impróprias de trabalho um lugar com infraestruturas necessárias para melhor desempenhar suas funções. Na figura 5, abaixo, ilustramos o que os moradores de Terra Firme chamam de Shopping Chão, a respeito da venda de roupas, calçados e acessórios usados estendidos sobre uma lona colada ao chão da praça, comercializados no período da manhã (Moura 2016)



Figura 5: Shopping Chão da Terra Firme. Fotografia de Camila Moura, 2015.

Percebemos que lugares, como a Praça Olavo Bilac e a Feira da Celso Malcher onde localiza-se o Mercado Horto Municipal apresentam a confluência das mais variadas coisas, a partir do entendimento de Daniel Miller. O autor pondera que coisas são como um sistema de trechos e/ou troços que usadas como sinônimo “na sua ordem interna, fazem de nós as pessoas que somos” (Miller 2013:83). Dessa maneira, aprendemos “o desprezo” pelos trabalhadores do Shopping Chão mencionado por Oséias ao fato daqueles sujeitos estarem invisibilizados na paisagem sob a nossa prática de observar apenas o que queremos ver, notar e perceber, como se as pessoas e coisas compusessem uma única paisagem.

Contudo, nos propusemos com o Percorso Interativo vencer o que os nossos sentidos já estavam habituados a sentir, nos permitindo desconstruir o que considerávamos uma única paisagem. Assim, na Praça Olavo Bilac foi proposto aos participantes da atividade que em roda todos fizessem silêncio e fechassem os olhos por um minuto para que pudéssemos ouvir o som, sentir o cheiro e obter outras sensa-

ções nunca antes tidas naquele lugar. A próxima imagem (Figura 6) registra esse momento.



Figura 6 -Intervenção na Praça Olavo Bilac, ouvir e sentir o bairro da Terra Firme. Foto de Camila Moura, 2017.

Dessa forma, entendemos que a intervenção na Praça reforçou a fala de Oséias sobre os trabalhadores do Shopping Chão, haja vista que outros participantes do Percurso também identificaram que as pessoas e as coisas que estão presentes nos espaços que circulam não são percebidas nas ações cotidianas. A aluna da Escola Mário Barbosa, Vitória, argumentou que apesar de passar todos os dias pela praça nunca tinha ouvido o cantar dos pássaros. E, os jovens Kevin e Alan destacaram o grito: “Olha o cremosinho!”, do vendedor de iogurte em sorvete, inevitável ser escutado durante a intervenção. Nós, enquanto pesquisadoras-participantes, sentimos o forte vento naquele lugar muito característico pelo calor, pelo movimento de muitas pessoas, pela circulação de coisas variadas. Então, esses foram alguns exemplos que aprofundaram nossas discussões sobre que muitas ocasiões, seja no bairro da Terra Firme ou em outros lugares, não nos permitimos notar o outro, viven-

ciar os lugares e trocar coisas por onde transitamos diariamente.

Em vista disso, acreditamos que parar e observar o outro provocou naquelas pessoas o que entendemos como alteridade, a qualidade de reconhecer o outro como diferente provocando em nós o auto reconhecimento, possível a partir da relação que estabelecemos entre nós (eu) e o outro (s), conforme afirma Schwarcz (2014). O sentimento de estranhar em reconhecer no outro a sua importância fez muita diferença no modo dos participantes da oficina, “Viver para lembrar, morrer para esquecer?”, de pensar e sentir o bairro da Terra Firme. Assim, percebemos o quanto essa alteridade é importante para a construção do lugar quando ouvimos o depoimento do aluno Cristian ao dizer:

Hoje em dia a gente vê as periferias como um lugar de crime, de tráficos de drogas e não é. É muito além disso! A gente conseguiu ver, ouvir coisas que não via, não parava para pensar. Eu consegui vê tudo isso no nosso bairro. Existe sim crime, existe tudo isso. Mas é muito mais do que a nossa sociedade pode resumir. O bairro da Terra Firme é um poço de cultura. A gente tem que saber vê isso, capturar esses momentos. Saber que é uma feira, mas que tem uma história por trás dela. Saber como foi que esse bairro surgiu. Então, espero que depois disso aqui, vocês possam vê o bairro de outras formas, buscar ir além do que aparenta ser.

Segundo Lersch e Ocampo nos museus comunitários o valor predominante é a memória que recria e reinterpreta

as histórias significantes (2004). Nesses espaços estamos envolvidos com as pessoas, nossos trabalhos, nossas histórias, garantindo o direito à memória. Portanto, acreditamos que essas iniciativas comunitárias permitem que as comunidades representadas possam falar de si, sobre si e para quem desejar; vencendo imposições e interferências históricas.

Na fala de Cristian, verificamos que as histórias impostas sobre lugares como Terra Firme acabam por determinar estereótipos negativos sobre o território e a sua comunidade. Quando o aluno afirma que mesmo com a presença do crime o bairro da Terra Firme é um poço de cultura identificamos a violação simbólica que os moradores sofrem diariamente, obscurecendo a realidade sociocultural da maioria dos moradores do lugar. Desta forma, apreendemos que a experiência do Percurso Interativo permitiu com que todos ali pudessem “buscar ir além do que aparenta ser” como propõe o jovem morador, ir além do que pensamos, falamos e até somos enquanto sujeitos que acreditamos na transformação social do bairro.

Assim, defendemos que o auto reconhecimento incentivado pelo Ponto de Memória da Terra Firme trata-se da qualidade de fazer-se notar o outro e a si mesmo, de tal modo no lugar que as relações entre “eu e o outro” se estabelecem. Igualmente, observamos que essa é a principal proposta do Ponto de Memória em processo de musealização no bairro, ao instigar o morador que também é visitante a interagir, questionar, provocar o lugar que vive. Portan-

to, o museu comunitário, apresentado nesse texto, permite estar e atuar junto com os visitantes em favor do lugar e de seus moradores, para isso defende-se o direito à memória, o direito à exercer sua cidadania no seu lugar de origem. Sejam elas, centros ou periferias da sua própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PESQUISADORAS MILITANTES

Observar os acontecimentos, colher relatos e ouvir os conflitos internos dos participantes da 15ª Semana de Museus realizada pelo Ponto de Memória da Terra Firme nos permitiu a reflexão sobre a importância de museus em lugares marginalizados pelo processo histórico e de hierarquização social, como as periferias brasileiras. Nosso interesse em desbravar esse universo se dá pela ocorrência crescente dessas iniciativas pelo Brasil, em especial com a criação dos Pontos de Memória a partir de uma política cultural do Instituto Brasileiro de Museus. Nessas iniciativas comunitárias de memória e museologia social há uma vontade de auto representação partindo do ato de lembrar, reviver e reconstruir novos mundos nos lugares que habitam.

A vivência no bairro da Terra Firme a partir da nossa pesquisa de campo nos questiona sobre o nosso papel enquanto pesquisadoras, reconhecendo que não há possibilidade de pesquisar sem atuar (Oliveira 2004). Percebemos que caímos em vigília na nossa própria forma de atuar com os sujeitos pesquisados, atentas aos compromissos étnicos e morais dentro de uma pesquisa em

ciências humanas. Identificamos isso, principalmente, na ação que desempenhamos aqui relatada no texto, em que a nossa relação com tais sujeitos vai além da relação pesquisador-pesquisado, estendendo-se ao companheirismo em torno de um objetivo comum: a importância dos museus para a transformação social de comunidades periféricas marcadas pelo abandono e esquecimento do poder público.

Contudo, sabemos da problemática de lutar junto aos sujeitos que estamos observando para fins acadêmicos, principalmente no que se refere à falta de percepção crítica sobre a realidade apresentada. No entanto, recorreremos à discussão teórica, nesse caso sobre Museus Comunitários e Memória Social, para treinar um olhar, um ouvir e uma escrita tematizada (Cardoso de Oliveira 2006). E assim, viemos (re)escrevendo memórias e histórias que nos foram apresentadas durante o evento narrado nesse trabalho.

Os sujeitos que (re)existem nesses processos museais, como os Pontos de Memória, encontram por meio da memória uma possibilidade para o empoderamento de suas representações, saindo do “canto” escuro, marginalizado e esquecido a que são colocados pela sociedade que oprime. O direito de memória parte da vontade de tomar para si o exercício de narrar a sua própria vida, não deixando ser esquecida ou até mesmo associada à outra realidade.

Viver para lembrar, morrer para esquecer? Não! Desejamos que os museus nas periferias desconstruam esse

pensamento e que tornem-se sujeitos de suas próprias memórias. Conforme, vem acontecendo no bairro da Terra Firme, com o Ponto de Memória da Terra Firme, o Museu Comunitário na Amazônia brasileira.

NOTAS

¹ A primeira autora se encontra no curso de doutoramento do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e a segunda em fase de conclusão de sua dissertação no Programa de Pós-Graduação em Educação.

² O Museu Paraense Emílio Goeldi é uma instituição de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação do Brasil. Está localizado na cidade de Belém, Estado do Pará, região amazônica. Desde sua fundação, em 1866, suas atividades concentram-se no estudo científico dos sistemas naturais e socioculturais da Amazônia, bem como na divulgação de conhecimentos e acervos relacionados à região (MPEG 2017). Possui três bases físicas: o Parque Zoológico e o Campus de Pesquisa na cidade de Belém e a Estação Científica Ferreira Penna na Reserva Nacional de Caxiuanã, na cidade de Melgaço-Pa.

³ Além do bairro da Terra Firme, o “Museu Goeldi leva educação e ciência a comunidade” desempenha atividades socioeducativas e ambientais com as comunidades do bairro do Guamá, Canudos, Curió e Marco, localizados no entorno do Campus de Pesquisa do Museu Goeldi.

⁴ O atual Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme é formado pelos moradores: Eliete Santana, Erick Mendes, José Maria Souza, João Batista dos Anjos, Jéssica Santos, Maria Francisca Santos, Francisca Rosa, Sâmia Queiroz e Maria

Madalena; e Helena Quadros, tecnologista do Museu Goeldi.

⁵ Dinâmica Freireana, utilizada nos Círculos de Cultura propostas pelo educador Paulo Freire, na qual são valorizados os saberes e conhecimentos populares.

⁶ A farinha a qual nos referimos é fortemente conhecida e produzida no Pará.

REFERÊNCIAS

- Abreu, R. 2016. Memória social: itinerários poéticos- conceituais, in *Por que memória social?* Editado por: V. Dodebei et al, pp. 41-66. Rio de Janeiro: Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social: edição especial.
- Alves, E. 2010. Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém.
- Avelar, L. 2015. Museus Comunitários no Brasil: o Ponto de Memória Museus do Taquaril. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil.
- Bosi, E. 1999. *Memória e Sociedade: lembrança dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Brasil. Lei n. 11.904, de 14 de Janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm. Acesso em 1 ago. 2017.
- Cardoso de Oliveira, R. 2006. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever, in: *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP.
- Chagas, M. 2009. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM.
- _____, M. Gouveia, I. 2014. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM – Museologia Social* 41:9 –22.
- Duarte, A. 2013. Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio* 6:9-117.
- Fernandes, L. Mata, S. 2015. *Viver nas “Periferias Desqualificadas”: Do Que Diz a Literatura às Percepções de Intervenores Comunitários*. Ponto Urbe. Disponível: <<http://ponto-urbe.revues.org/2658>> Acesso em 30 Junho 2017.
- Gomes, A. O.; Oliveira, A. A. R. 2010. A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio* 3: 42-55.
- Geise, S. 2014. Pontos de Memória: uma via conceitual de museu no Bairro da Terra Firme. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Museologia) - Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal do Pará.
- Gondar, J. 2016. Cinco proposições sobre memória social, in *Porque memória social?* Editado por: V. Dodebei et al, pp.19-0. Rio de Janeiro: *Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social: edição especial*.
- Gouveia, I. Pereira, M. 2016. A emergência da museologia social. *Políticas Culturais em Revista*. 9: 726 – 745.
- Halbwachs, M. 2003. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro.
- Hall, Stuart. 2006. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: P&A, 2006.

- IBRAM. OEI. 2016. *Pontos de Memória: metodologia e práticas em museologia social*. Brasília: Phábrica.
- Lersch, T. M.; Ocampo, C. C. 2004. *O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história? Kansas City: Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas*. (Tradução: OM Priosti - Maio de 2008). Disponível em: <http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=5>. Acesso em 6 jun.2014.
- Lifschitz, J. A. 2016. Em torno da memória política, in *Porque memória social?* Editado por: V. Dodebei et al, pp. 67-83. Rio de Janeiro: *Revista Morphheus: estudos interdisciplinares em Memória Social: edição especial*.
- Miller, D. 2013. *Trechos, Troços e Coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moura, C. A. 2016. Ponto de Memória: experiências etnográficas no museu diferente de Terra Firme, Belém-Pa. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Brasil.
- _____. Godoy, R. 2017. Os Museus emanados da Periferia e suas perspectivas para o Turismo Cultural: uma proposta da Amazônia Brasileira. *O Ideário Patrimonial* 8:73-91.
- Moutinho, M. 1993. Sobre o Conceito de Museologia Social. *Cadernos de Sociomuseologia* 1: 7-9.
- Oliveira, L. R. C. 2004. Pesquisa em versus Pesquisa com seres humanos. In: *Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil*. Editado por: R. G. OLIVEN et al. Niterói: Ed. UFF.
- Peirano, M. 1995. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- PMTF. 2016. *Folder de divulgação do Percorso Interativo Perceptivo Paisagens e Memórias do Bairro da Terra Firme*. Arte Desing: Karoline Brito.
- Quadros, C. A. 2014. A Educação como Direito Humano Fundamental: a experiência do Museu Goeldi em práticas de educação não formal no bairro da Terra Firme. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Pará.
- _____.; 2017. Ponto de Memória da Terra Firme: a valorização da memória de um bairro de periferia como forma de enfrentamento a desigualdade social e afirmação de Direitos Humanos. Monografia (Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social). Instituto de Educação, Universidade Federal do Pará.
- _____.; Moura, C. A.; Quadros, H. A. 2013. *Um Ponto de Memória na Terra Firme*. Ponto de Memória da Terra Firme, Belém.
- Quadros, H. S. A. 2000. Redescobrimo a educação em museus: uma experiência no Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi. Dissertação de Mestrado. Universidade da Amazônia, Brasil.
- Ramos, J. 2013. *A história da ocupação urbana no Tucunduba - Belém/Pará*. In: IV Reunião Equatorial de Antropologia, XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste. Grupo de Trabalho 1 - Território e identidades: quilombos, espaço urbano e região. Ceará: ABNNE.
- Schwarcz, L. 2014. *Dimensões da Contemporaneidade: Antropologia*, in: 31º Bienal de São Paulo, 2014, São Paulo. Educativo Bienal - Curso de Formação de Educadores. São Paulo: MINISTÉRIO DA CULTURA; BANCO ITAÚ, 2 0 1 4 . Disponível <<https://www.youtube.com/watch?v=9mzSjQSVqrA>>. Acesso em: 04 jun. 2014.
- Scheiner, T. C. M. 2012. Repensando o museu integral: do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas* 7: 15-30.

Silva, A. C. S. Figueiredo, S. L. 2014. Memória, sociabilidade e espaço público: relações sociais e políticas de museologia social, *in: Sociedade, campo social e espaço público*. Editado por: E. M.R. CASTRO. S.L. FIGUEIREDO. Belém: NAEA.

Silva, M;Sá, M. 2012. Medo na cidade: estudo de caso no bairro da Terra Firme em Belém (PA). In: *Revista Argumentum*, Vitória (ES), v. 4, jul./dez.

Turino, C. 2009. *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Anita Garibaldi.

Varine, H. 2005. O museu comunitário é herético? *Coletânea de Artigos* 1-11.

Wacquant, L. 2007. *UrbanOutcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality*.